



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 16.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE Nº 01/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Município de Comendador Gomes/MG necessita promover a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de transporte de resíduos sólidos domiciliares, visando garantir a continuidade e a eficiência da limpeza pública, bem como a preservação da saúde ambiental e da qualidade de vida da população. Trata-se de serviço essencial e de caráter contínuo, indispensável para o controle de vetores, a prevenção de doenças e o atendimento às normas sanitárias e ambientais vigentes.

1.2 A presente demanda decorre da insuficiência de estrutura própria do Município para realizar, de forma direta, a coleta e o transporte regular dos resíduos domiciliares, tornando necessária a contratação de empresa que disponha de adequada capacidade técnica, operacional e logística para atender às especificidades locais.

1.3 A contratação será realizada em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade, assegurando a adequada prestação do serviço público essencial, nos termos da Lei Federal nº 14.026/2020 (Marco Legal do Saneamento Básico) e da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A presente contratação decorre da necessidade permanente e contínua de assegurar a adequada gestão dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município de Comendador Gomes/MG, em especial quanto à etapa de transporte dos rejeitos oriundos da coleta pública regular até unidade de destinação final ambientalmente licenciada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, com o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) e com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, proteção ambiental e supremacia do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.2 O manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos constitui fator de elevado risco sanitário, ambiental e operacional, com potencial de provocar contaminação do solo e dos recursos hídricos, proliferação de vetores transmissores de doenças, degradação ambiental, comprometimento da salubridade urbana e violação das obrigações legais impostas ao ente municipal enquanto titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

2.3 O Município possui obrigação legal de assegurar a continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais relacionados à limpeza urbana e à gestão integrada de resíduos sólidos, sendo inadmissível a interrupção ou precarização da logística de transporte dos rejeitos até sua destinação ambientalmente adequada, sob pena de grave comprometimento da saúde pública, responsabilização administrativa e ambiental da Administração Pública e afronta aos princípios da eficiência e continuidade administrativa.

2.4 No cenário operacional atualmente existente, verifica-se que o Município realiza diretamente, por sua estrutura administrativa e operacional própria, ou mediante instrumentos contratuais específicos já vigentes, as etapas relacionadas à coleta regular dos resíduos sólidos urbanos e à triagem dos materiais recicláveis ou reaproveitáveis, restando como necessidade administrativa específica a execução da etapa logística de transporte dos rejeitos remanescentes até unidade licenciada de disposição final.

2.5 A necessidade ora identificada não se refere, portanto, à contratação integral da gestão dos resíduos sólidos urbanos, tampouco à execução dos serviços de coleta, triagem, tratamento ou operação de aterro sanitário, restringindo-se especificamente à prestação de serviços especializados de transporte dos rejeitos previamente disponibilizados pela Administração Municipal em ponto operacional definido, até local de destinação final previamente contratado ou indicado pelo Município.

2.6 A especialização técnica exigida para a execução segura da atividade, associada à necessidade de disponibilidade contínua de veículos apropriados, regularidade documental ambiental, estrutura logística compatível, custos operacionais permanentes e observância das normas técnicas aplicáveis, evidencia a inviabilidade técnico-econômica da execução direta pelo Município com recursos próprios, especialmente diante da limitação estrutural da frota municipal e da necessidade de assegurar regularidade operacional ininterrupta.

2.7 A contratação externa mostra-se medida administrativa mais eficiente e economicamente racional, considerando que a manutenção de estrutura própria para atendimento exclusivo dessa demanda exigiria aquisição ou disponibilização permanente de veículos específicos, contratação ou alocação de motoristas, manutenção mecânica continuada, gestão operacional, cobertura de riscos trabalhistas, encargos

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2026-2028
CNPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

previdenciários, seguros, abastecimento e demais custos indiretos significativamente superiores à terceirização especializada do serviço.

2.8 O transporte deverá ser realizado mediante utilização de veículos tecnicamente adequados ao tipo de material transportado, devidamente regularizados perante os órgãos competentes, observando integralmente as exigências ambientais, sanitárias, operacionais e de segurança aplicáveis, de modo a prevenir vazamentos, dispersão de resíduos, emissão de odores, acidentes operacionais e quaisquer impactos ambientais negativos durante a execução contratual.

2.9 A contratação também se justifica sob a ótica do planejamento administrativo, da continuidade da política pública de saneamento e da necessidade de assegurar regularidade operacional compatível com a demanda municipal estimada, evitando passivos ambientais, interrupção de serviços essenciais e comprometimento da eficiência da gestão pública.

2.10 Assim, a necessidade administrativa encontra-se plenamente caracterizada, consistindo na contratação de empresa especializada para execução da etapa logística de transporte dos rejeitos sólidos urbanos até unidade licenciada de destinação final, como solução necessária, proporcional, eficiente e juridicamente adequada ao atendimento do interesse público.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 Conforme dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, toda contratação pública deve estar alinhada ao planejamento institucional do órgão ou entidade, o que inclui a verificação da sua previsão no Plano Anual de Contratações (PCA) ou, quando for o caso, a justificativa para sua ausência.

3.2 Atualmente, o Município de Comendador Gomes/MG encontra-se em fase de reestruturação administrativa e atualização dos instrumentos de planejamento, razão pela qual o Plano Anual de Contratações (PCA) referente ao exercício de 2026 ainda não foi formalmente consolidado e publicado. Por esse motivo, a presente demanda de contratação de empresa para a coleta de resíduos sólidos domiciliares não consta no referido plano.

3.3 Apesar da ausência no PCA, a contratação encontra respaldo nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), que preveem dotações orçamentárias específicas para ações voltadas à manutenção dos serviços urbanos e saneamento básico, o que inclui a gestão de resíduos sólidos.

3.4 Ressalta-se que a ausência no PCA não inviabiliza a contratação, conforme jurisprudência e orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), desde que observados os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público essencial, além das seguintes condições:

- A demanda está fundamentada na necessidade de assegurar a regularidade e eficiência do serviço de coleta de lixo domiciliar, essencial à saúde pública e à preservação do meio ambiente;
- Há previsão orçamentária suficiente para suportar financeiramente a contratação, respeitando os limites fiscais do Município;
- O objeto está alinhado com os objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal no tocante à promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

3.5 Assim, a presente contratação está compatível com os instrumentos legais, orçamentários e administrativos do Município de Comendador Gomes/MG, sendo medida imprescindível à continuidade de um serviço público essencial à população.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os licitantes deverão atender aos requisitos exigidos do Instrumento Convocatório e do Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, que couber.

4.2 A empresa deverá comprovar suas Condições de **PROPOSTA** e **HABILITAÇÃO** apresentando os documentos abaixo:

3.2.1. **PROPOSTA** compatível com preços de mercado, devidamente apresentada para abordar a contratação objeto deste instrumento, em papel timbrado, com valores unitários, globais, local, data e assinatura pelo representante legal.

3.2.2. Apresentação de requisitos mínimos (os quais poderão ser complementados por meio de Termo de Referência e em Edital) de **HABILITAÇÃO**, quais sejam:

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

3.2.3. REGULARIDADE JURÍDICA

- a) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.2.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.2.5. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão.

3.2.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

- a) Comprovação da capacidade técnico-operacional, através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove e ateste o fornecimento de materiais e serviços, pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos, devendo tais atestados conter: Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço e telefone); Local e data de emissão; Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações; Período da execução da atividade.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1 A estimativa das quantidades refere-se à contratação de serviços especializados para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares produzidos no Município de Comendador Gomes, abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural. Os resíduos possuem características semelhantes às de resíduos domésticos comuns e demandam tratamento e disposição final em conformidade com as normas ambientais vigentes.

5.2 De acordo com o levantamento realizado, estima-se a geração média de aproximadamente 672 toneladas de resíduos ao longo do período de 12 meses. As quantidades mensais foram previamente

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUIDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2028
CNPJ 18.449.173/0001-37

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

definidas no Termo de Referência, servindo como base para o planejamento operacional, logístico e financeiro da contratação.

5.3 A destinação final dos resíduos deverá ocorrer obrigatoriamente em aterro sanitário devidamente licenciado e regularizado pelos órgãos ambientais competentes, localizado nas proximidades do Município, garantindo maior eficiência no transporte, redução de custos operacionais e menor impacto ambiental.

5.4 Para a execução dos serviços, está prevista a realização de 36 viagens durante o período contratual, considerando uma média de 3 viagens mensais para o transporte dos resíduos até o local de disposição final. Essa estimativa foi elaborada com base no volume médio produzido pelo Município e visa assegurar a continuidade e a adequada prestação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, promovendo a preservação ambiental e a saúde pública da população.

5.5 A modelagem quantitativa adotada busca garantir compatibilidade entre a necessidade operacional da Administração e a realidade logística da futura contratação, permitindo adequada composição de custos, previsibilidade contratual, equilíbrio econômico-financeiro da contratação e correta estimativa orçamentária, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6 Registra-se que a presente contratação refere-se exclusivamente à etapa logística de transporte dos rejeitos sólidos urbanos previamente coletados e disponibilizados pela Administração Municipal, não abrangendo os serviços de coleta primária, triagem, tratamento ou operação da unidade de destinação final.

Item	Descrição	Qtd	UN
1	Serviços de destinação final de resíduos domiciliares, com características de doméstico, produzidos na zona rural e urbana (em média 672 Toneladas a cada 12 meses) do Município de Comendador Gomes, conforme quantidades mensais estimadas constantes no termo de referência. A destinação final deverá necessariamente ocorrer em aterro sanitário devidamente regularizado nas proximidades do Município.	36 (TRINTA E SEIS) viagens, considerando 3 viagem a cada mês.	S

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções operacionais disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada ao transporte dos rejeitos sólidos urbanos gerados no Município de Comendador Gomes/MG, buscando definir a alternativa técnica mais eficiente, economicamente vantajosa e operacionalmente compatível com a realidade local.

5.2. A análise de mercado considerou informações obtidas por meio de pesquisa de contratações públicas similares, consultas a registros oficiais constantes em sistemas de referência de preços contratados pela Administração, histórico de execuções equivalentes em outros entes públicos e avaliação das práticas normalmente adotadas por empresas especializadas no segmento de transporte e manejo de resíduos sólidos urbanos.

5.3. A partir do levantamento realizado, identificaram-se, em termos gerais, as seguintes soluções potencialmente disponíveis no mercado para atendimento da demanda pública:

I – Execução direta pelo próprio Município, mediante utilização de frota própria, motoristas, equipe operacional e estrutura administrativa municipal;

II – Contratação integrada de serviços abrangendo coleta, transporte, triagem e destinação final dos resíduos sólidos urbanos;

III – Contratação específica e especializada apenas da etapa logística de transporte dos rejeitos sólidos urbanos até unidade de destinação final previamente definida pela Administração.

5.4. A execução direta pela Administração Municipal mostrou-se tecnicamente limitada e economicamente desvantajosa, considerando a necessidade de disponibilização permanente de veículos apropriados, manutenção preventiva e corretiva da frota, aquisição de equipamentos específicos, contratação ou realocação de pessoal operacional, cobertura de encargos trabalhistas, previdenciários, seguros, abastecimento, controle logístico e disponibilidade operacional contínua, fatores que elevariam significativamente os custos administrativos e operacionais da solução.

5.5. A contratação integrada abrangendo coleta, triagem, transporte e destinação final também não se mostrou adequada à presente necessidade administrativa, uma vez que o Município já possui estrutura

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2025-2029
CNPJ 18.449.173/0001-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

própria e/ou instrumentos específicos para execução de etapas anteriores da cadeia operacional, notadamente coleta pública e gerenciamento prévio dos resíduos, de modo que a ampliação indevida do objeto contratual implicaria sobreposição de serviços, perda de economicidade, risco de duplicidade contratual e inadequação da modelagem administrativa.

5.6. Diante desse cenário, verificou-se que a solução mais aderente à necessidade administrativa consiste na contratação específica de empresa especializada para execução exclusiva da etapa logística de transporte dos rejeitos sólidos urbanos previamente disponibilizados pela Administração até unidade de destinação final ambientalmente licenciada.

5.7. Quanto à modelagem econômica da contratação, o levantamento evidenciou que, para demandas com frequência operacional previsível e volume médio recorrente, a adoção de remuneração por viagem/execução do serviço apresenta maior objetividade de medição, simplicidade fiscalizatória, previsibilidade orçamentária e aderência à realidade operacional municipal, especialmente quando a dinâmica logística se estrutura por remoções periódicas programadas.

5.8. A aferição por unidade de serviço (viagem executada) mostra-se tecnicamente mais adequada que modelos variáveis exclusivamente vinculados à pesagem unitária, tendo em vista que a necessidade administrativa está diretamente associada à regularidade da remoção programada dos rejeitos acumulados, permitindo controle contratual mais simples, objetivo e eficiente pela fiscalização municipal.

5.9. O levantamento também demonstrou a existência de fornecedores no mercado com capacidade técnica e operacional para atendimento da demanda, observada a necessidade de exigência de comprovação de aptidão técnica compatível com o objeto, regularidade jurídica, qualificação operacional, documentação ambiental aplicável e capacidade logística adequada à execução contratual.

5.10. Assim, conclui-se que a solução de mercado mais vantajosa, proporcional e tecnicamente adequada ao interesse público consiste na contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de transporte dos rejeitos sólidos urbanos, mediante procedimento licitatório competitivo, assegurando economicidade, continuidade operacional, eficiência administrativa e conformidade com a legislação vigente.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em observância ao art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante pesquisa de preços realizada por esta Administração com utilização de ferramenta especializada de consulta a contratações públicas (Banco de Preços), regularmente contratada pelo Município, com base em referências de mercado obtidas a partir de contratações públicas similares.

7.2. Para fins de composição do valor estimado, foram considerados parâmetros extraídos de contratações públicas comparáveis, observando-se a compatibilidade operacional entre os objetos pesquisados, a metodologia de execução dos serviços, a frequência estimada de prestação e as características logísticas da necessidade administrativa identificada.

7.3. Considerando a estimativa operacional definida neste Estudo Técnico Preliminar, correspondente à execução média de **36 (Trinta e Seis) viagens anuais**, equivalentes a **03 (Três) execuções mensais**, destinadas ao transporte dos rejeitos sólidos urbanos previamente disponibilizados pela Administração Municipal, apurou-se valor estimado global anual de **R\$154.151,64 (cento e cinquenta e quatro mil cento e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos)**.

7.4. O valor estimado apurado constitui referência administrativa para fins de planejamento orçamentário, definição da aceitabilidade das propostas e instrução do procedimento licitatório, não implicando obrigação automática de execução integral do quantitativo projetado, caso a demanda efetiva apresente variações operacionais justificadas.

7.5. A estimativa considera os custos inerentes à execução do serviço especializado, incluindo mobilização operacional, logística de transporte, custos de deslocamento, encargos operacionais, exigências legais aplicáveis e demais elementos necessários à adequada prestação contratual.

7.6. Registra-se que o valor estimado encontra respaldo na pesquisa de preços oficialmente juntada aos autos do processo administrativo, constituindo parâmetro técnico suficiente para instrução da futura contratação, observados os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e vantajosidade administrativa.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000



CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS!
ADM 2026-2028
CNPJ 18.449.173/0001-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMENDADOR GOMES

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transporte adequado de resíduos sólidos domiciliares, oriundos das zonas urbana e rural do Município de Comendador Gomes/MG, representa uma solução técnica eficaz e ambientalmente responsável para o enfrentamento do atual cenário de descarte irregular de resíduos. A destinação será realizada no aterro sanitário *SOMA AMBIENTAL*, devidamente licenciado e conveniado com o Município.

8.2. A medida visa atender, de forma contínua e padronizada, a demanda da população estimada em aproximadamente 2.777 (duas mil setecentas e setenta e sete) habitantes, conforme dados do IBGE/2022. A solução contribuirá para a redução da poluição visual e ambiental, prevenindo contaminações do solo e dos recursos hídricos. Além disso, assegura o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.305/2010, especialmente no que tange à destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

8.3. A proposta também atua como indutora de conscientização ambiental, uma vez que a organização e regularidade do serviço de transporte e destinação final dos resíduos estimulam a população a adotar práticas mais sustentáveis, reduzindo o descarte irregular em áreas inadequadas e promovendo a educação ambiental.

8.4. Ressalta-se que a execução desta contratação está alinhada às metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (quando existente), além de contribuir diretamente para a melhoria das condições de salubridade pública, prevenção de vetores e doenças, e fortalecimento da responsabilidade socioambiental do Município.

8.5. Portanto, a contratação de serviços especializados para o transporte e destinação final de resíduos domiciliares é a solução mais adequada, segura e eficiente para o enfrentamento da demanda atual. Ela garante legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade, conforme estabelecido no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

9.1. O parcelamento da contratação mostra-se tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme preconiza o art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, permitindo melhor aproveitamento das condições praticadas no mercado, a ampliação da competitividade entre os potenciais fornecedores e o atendimento progressivo e eficiente das necessidades do Município.

9.2. Tendo em vista a adoção do Sistema de Registro de Preços como forma de contratação, a divisão da demanda TRANSPORTE (valor por SERVIÇO de transporte dos resíduos destinados adequadamente) possibilita a contratação conforme a real necessidade mensal da Administração, evitando o comprometimento antecipado e integral de recursos, ao mesmo tempo em que garante flexibilidade, economicidade e aderência à demanda real de geração de resíduos.

9.3. Assim, a contratação parcelada justifica-se plenamente diante da natureza contínua do serviço, da possibilidade de atendimento por diferentes fornecedores habilitados, bem como do interesse público em garantir a prestação regular, eficiente e ajustada à realidade operacional do Município de Comendador Gomes/MG.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a contratação dos serviços de transporte de resíduos sólidos domiciliares no Município de Comendador Gomes/MG, pretende-se assegurar a manutenção da limpeza urbana e a promoção da saúde pública, com a remoção contínua, segura e eficiente dos resíduos gerados tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município. A ausência desse serviço essencial comprometeria a qualidade de vida da população e causaria impactos ambientais negativos.

10.2. Espera-se, ainda, reduzir significativamente os impactos ambientais causados pelo descarte irregular de resíduos, contribuindo para a preservação dos recursos naturais, a prevenção da proliferação de vetores de doenças e a recuperação de áreas degradadas. A medida visa o atendimento às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010, garantindo que os resíduos sejam corretamente encaminhados ao aterro sanitário para a destinação final ambientalmente adequada.

10.3. Por fim, busca-se proporcionar uma gestão eficiente, regular e sustentável dos resíduos sólidos, com ganhos diretos para a Administração Pública e para os munícipes, reforçando a responsabilidade ambiental e a promoção de um Município mais limpo, seguro e comprometido com o desenvolvimento sustentável.

Praça Manoel Bertoldo da Silva, 31, Comendador Gomes - MG, 38250-000

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Para garantir a regularidade, eficiência e legalidade da contratação dos serviços de transporte de resíduos sólidos domiciliares do Município de Comendador Gomes/MG, deverão ser adotadas providências prévias que assegurem a observância das diretrizes previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como as orientações dos órgãos de controle externo.

11.2. A primeira providência a ser consolidada é a finalização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o qual justifica a demanda e apresenta a solução mais eficiente, considerando a estimativa de resíduos mensais e a necessidade de manejo ambientalmente adequado. O ETP será a base para a elaboração do Termo de Referência, que descreverá tecnicamente o objeto, as exigências de qualificação da contratada, os critérios de medição e pagamento, prazos e demais condições contratuais.

11.3. Em seguida, será verificada a disponibilidade orçamentária, com a devida compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com o Plano Plurianual (PPA), promovendo a reserva de recursos financeiros para garantir a execução contratual. Esta providência será formalizada previamente à publicação do edital, conforme exigido pela legislação.

11.4. Também será definido que a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, na forma de Registro de Preços, por item (serviço), em razão da natureza divisível do objeto e da possibilidade de contratações futuras conforme a demanda do Município. A minuta da Ata de Registro de Preços e os demais documentos que compõem o processo serão elaborados com base nos parâmetros do ETP e da pesquisa de mercado.

11.5. Toda a documentação será submetida previamente à análise da assessoria jurídica e do controle interno, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de garantir a conformidade legal do procedimento e prevenir possíveis riscos jurídicos e administrativos.

11.6. Assim, todas as providências serão observadas para assegurar uma contratação eficaz, transparente e vantajosa para o Município, alinhada com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, visando o correto manejo dos resíduos sólidos e a preservação ambiental.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1 Não há contratações correlatas ou interdependentes a este objeto.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 Ao apoiar, cooperar e incentivar iniciativas para a sustentabilidade, o Município de Comendador Gomes/MG está não apenas protegendo o meio ambiente, mas também promovendo o bem-estar e a qualidade de vida de seus cidadãos, além de contribuir para um futuro mais sustentável e resiliente para todos.

13.2 Desta forma, a contratação dos serviços requisitados haverá uma melhoria exponencial na sustentabilidade e na destinação final dos resíduos domésticos produzidos em nosso Município, trazendo melhorias.

13.3 Um resultado positivo da destinação final de resíduos domésticos seria a redução do impacto ambiental e a promoção da saúde pública.

13.4 Quando os resíduos são coletados de forma eficiente e encaminhados para destinação adequada, como reciclagem, compostagem ou incineração controlada, isso ajuda a evitar a poluição do solo, da água e do ar. Além disso, a reciclagem de materiais reduz a necessidade de extrair novos recursos naturais, conservando assim os recursos do planeta.

13.5 Uma boa gestão dos resíduos também pode gerar oportunidades econômicas, como a criação de empregos na indústria da reciclagem e na produção de energia a partir do biogás gerado a partir de resíduos orgânicos. Em suma, um resultado positivo da coleta e destinação final de resíduos domésticos é um ambiente mais limpo e saudável para as comunidades, juntamente com benefícios econômicos e sociais.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 A viabilidade da contratação dos serviços de transporte para a destinação final de resíduos sólidos domiciliares no Município de Comendador Gomes/MG está devidamente fundamentada em análise técnica elaborada neste Estudo Técnico Preliminar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Tal análise considerou as características específicas dos resíduos gerados nas zonas urbana e rural, os

impactos ambientais decorrentes do descarte irregular, e a necessidade de atendimento contínuo e eficiente dessa demanda pública essencial.

14.2 A contratação com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos da legislação, demonstra-se razoável diante do caráter contínuo do serviço, da necessidade de garantir a regularidade na coleta e da compatibilidade com a dinâmica de geração de resíduos no Município. A medida encontra amparo legal na **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto Municipal nº 1.541, de 29 de dezembro de 2023**, que regulamenta a aplicação da nova lei de licitações no âmbito local.

14.3 Dessa forma, a proposta de contratação atende integralmente às exigências legais, operacionais e ambientais, reafirmando o compromisso da Administração com a sustentabilidade, a salubridade urbana e a eficiência na gestão pública. A iniciativa viabiliza uma solução técnica segura e eficaz para o manejo de resíduos sólidos, promovendo a preservação do meio ambiente e o bem-estar coletivo da população de Comendador Gomes/MG.

15. ANEXOS

15.1 DOCUMENTO DE FORMALIZACAO DE DEMANDA.

16. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

16.1 O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado e estruturado por comissão designada, sob a coordenação da servidora Regiane Ferreira Barcelos, conforme delegação do Gestor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Comendador Gomes/MG, atendendo às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e às normas internas do Município.

Comendador Gomes/MG, 4 de Maio de 2026.


Regiane Ferreira Barcelos

Secretaria de Meio Ambiente